

A consolidação da pesquisa como política educacional: a atuação da Capes entre as décadas de 1960-90

*José Antônio Gabriel Neto¹
Luís Távora Furtado Ribeiro²*

Resumo: Idealizada por Anísio Teixeira e criada em 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve, durante o período da ditadura civil-militar e no começo da redemocratização, papel fundamental na expansão da pós-graduação brasileira. Inicialmente as áreas contempladas estavam mais ligadas às ciências agrárias, biológicas e tecnológicas, sendo que as humanidades começaram em fins da década de 1960 e foram se fortalecendo durante as décadas seguintes. O objetivo deste trabalho é analisar o crescimento da pós-graduação brasileira durante o período entre as décadas de 1960 e 1990 a partir das ações da Capes. A metodologia se valeu de fontes documentais e bibliográficas que tratassem do assunto. Nesse sentido, entendemos que a CAPES desempenhou papel fundamental na construção de uma política educacional que privilegiasse o crescimento das universidades federais brasileiras no período da ditadura ao mesmo tempo em que a repressão política prejudicava esse mesmo objetivo.

Palavras-chave: Pós-graduação. Capes. Política Educacional. Pesquisa. História.

Abstract: Conceived by Anísio Teixeira and created in 1951, the Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) had, during the period of the civil-military dictatorship and during the beginning of the redemocratization, a fundamental role in the expansion of Brazilian graduate studies. Initially, the areas contemplated were more linked to agrarian, biological and technological sciences, and the humanities began in the late 1960s and grew stronger during the following decades. The objective of this work is to analyze the growth of Brazilian graduate studies during the period between the 1960s and 1990s based on Capes' actions. The methodology used documentary and bibliographic sources that dealt with the subject. In this sense, we understand that CAPES played a fundamental role in the construction of an educational policy that favored the growth of Brazilian federal universities during the dictatorship period, at the same time that political repression undermined this same objective.

Keywords: Postgraduation. Capes. Educational Policy. Research. History.

THE CONSOLIDATION OF RESEARCH AS A EDUCATIONAL POLICY: THE CAPES PERFORMANCE BETWEEN THE 1960S AND 90S.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. E-mail: prof.gabrielneto@outlook.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma instituição. E-mail: luistavora@uol.com.br

Introdução³

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil teve início entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, sendo reconhecida como nível educacional apenas anos depois, quando da emissão do Parecer Sucupira, em 1965 (HOSTINS, 2006). No entanto, embora haja um crescimento forte em termos quantitativos e geográficos na oferta dos cursos de mestrado e doutorado, ainda há necessidade em produzir mais estudos sobre a história desse nível educacional.

Nesse sentido, faz-se muito importante pesquisas que problematizem e resgatem a memória não apenas dos cursos em si, mas também das instituições onde estes cursos são ofertados. Assim, o objetivo deste artigo é o de analisar a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período da ditadura civil-militar e início da redemocratização a partir da constituição da pós-graduação enquanto política pública, reflexo do Parecer Sucupira e dos I e II PNPG.

Para tal, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais acerca da pós-graduação no Brasil, onde procurou-se fazer uma leitura crítica, relacionando a oferta dos cursos ao momento político que o país passava entre as décadas de 1960 e 1980. Assim, fez-se um levantamento de fontes que tratassem da temática e pudessem ajudar na compreensão do processo de análise para o alcance do objetivo pretendido.

Portanto, entende-se que todo trabalho historiográfico, por mais abrangente que seja, trabalha necessariamente com recortes. E é a partir de cada pedaço, do trabalho de cada historiador e historiadora, que o campo da história vai respondendo questões e permeando debates, sendo que muitas vezes estes estão em permanente mudança.

Dessa forma, compreende-se que essa investigação não teria como pretensão elucidar todas as questões relevantes ao debate da pós-graduação, mas tentar entender, pelo menos em partes. O estudo documental é a base do trabalho do historiador. Para este estudo analisou-se fontes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG).

E como fontes bibliográficas analisou-se artigos, livros e outros trabalhos acadêmicos que tratassem do assunto tanto da pós-graduação brasileira como também das políticas para este nível de ensino e trabalhos que fizessem referência à pós-graduação no país.

³ Este estudo deriva de pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Ceará entre os anos de 2016 e 2020.

A criação da Capes e a pós-graduação stricto sensu brasileira: primeiros passos nos anos 50

A década de 1930 foi o período de início de criação das primeiras universidades e consolidação da educação superior no Brasil. Nesse período o Brasil passou por avançada industrialização movimentada principalmente pelo modelo desenvolvimentista adotado por Getúlio Vargas. Dessa forma, não podemos entender a constituição de pesquisa sem percebermos as influências do capitalismo contemporâneo, especialmente o financeiro, no processo de industrialização dos países centrais e, no caso do Brasil àquele tempo, periféricos.

O processo de modernização da indústria é o alicerce da sociedade de consumo que é a base do sistema capitalista de venda e lucro. Porém, não se constitui indústria, e entende-se aqui essa instituição não como necessariamente uma fábrica com operariado, mas todo o processo produtivo, seja ele material ou intelectual, sem mão de obra especializada. E é justamente nas universidades e institutos de pesquisa que formam os profissionais para essas funções nas mais.

No entanto, cabe salientar que no Brasil o processo de industrialização e modernização da economia foi bastante tardio. Na Europa isso ocorreu no século XIX como assinala Hobsbawm:

Poucos observadores, em 1849, poderiam ter vaticinado que 1848 seria a última revolução geral no Ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a “república social”, viriam a ser gradualmente realizadas nos setenta anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos. [...] A razão principal disso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870. Foi o período no qual o mundo se tornou capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais. (2018, p. 60).

O autor ainda discorre sobre o aumento significativo em termos de industrialização e expansão das exportações em alguns casos, como o da Inglaterra, que na década de 1850 experimentou um aumento em exportações de algodão nunca visto (HOBBSAWM, 2018).

Dessa maneira, é possível afirmar que o capitalismo à brasileira é tardio, sendo que o país se formou economicamente em bases agrárias com o modo de *plantation* e também a partir de uma elite monocultora. Primeiro com o açúcar, depois com o café, no que a historiografia tradicional brasileira chama de “ciclos” econômicos, usados para explicar a história do Brasil a partir de uma perspectiva essencialmente marxista.

Nesse sentido, com a expansão do segundo setor no país, ficou clara a necessidade da mão de obra qualificada para tal. Porém, é nos anos 1950 que a pós-graduação *stricto sensu* efetivamente começa no país. Para entender um pouco sobre essa lógica é necessário ir até o ano de 1951. Foi neste mesmo ano que foram criadas as duas agências de fomento mais importantes do país, a CAPES e o CNPq.

A CAPES, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, teve início não com a nomenclatura atual, mas sim Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Seguindo a tendência dos anos 1930, o segundo governo Getúlio Vargas cria a campanha para o fortalecimento das nascentes universidades federais, principalmente.

Ainda assim, Gouvêa (2012) alerta para o fato de que a política científica do país não estava necessariamente baseada no modelo do capital. Essa mudança, para o autor, só viria nos anos 1960. No entanto, o decreto 29.741, de 11 de julho de 1951, que instituiu a CAPES, diz em seu artigo 2º (BRASIL, 1951):

“A campanha terá por objetivos:

- a) Assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.
- b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos.

E em seu artigo 3º o decreto também coloca parâmetros a fim de executar os objetivos, devendo a comissão “promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;”, entre outros.

Dessa forma, entende-se que a política científica do país estava diretamente conectada aos interesses do privado no país ainda na década de 1950 a partir da criação da CAPES. A instituição, como se pode perceber, foi criada não apenas para fortalecer as universidades com corpo docente qualificado, mas também para que esse corpo docente formasse mão de obra que pudesse contribuir na indústria. Era uma política desenvolvimentista, pelo menos em sua concepção.

Apesar disso, como alerta Dias (2012), apesar das ideias constituídas, a industrialização não teve impacto significativo em termos de política científica e tecnológica,

uma vez que o Brasil acumulava, naquela época, características de países periféricos: extrema concentração de renda, salários baixos e mercado consumidor interno atrofiado.

Assim, a CAPES teve por secretário geral o educador Anísio Teixeira, convidado pelo Ministério da Educação e Saúde para assumir o cargo. Teixeira teve de lidar com grupos que Gouvêa (2012) nomeou de “pragmáticos” e “políticos”. O primeiro grupo “tinha a sua atenção voltada para a falta de técnicos para atender ao plano governamental de reequipamento nacional” (p. 380) enquanto que o segundo enxergava na CAPES a grande chance de uma mudança estrutural na universidade brasileira, resultando em uma política científica duradoura e menos suscetível a inconstâncias.

Apesar das possibilidades levantadas pelo decreto de criação, a Capes nunca dispôs de recursos suficientes para a execução de seus objetivos, quer fosse no meio do século passado ou mesmo após o golpe de 2016, onde a Coordenação perdeu boa parte de seus recursos orçamentários em um claro ataque às universidades e à ciência brasileira. Com a criação da Campanha e o fortalecimento do movimento em relação às universidades brasileiras, teve início movimento para a criação dos primeiros mestrados do país.

Na década de 1950 a UREMG, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), estabeleceu uma parceria com a Purdue University, localizada em Indiana, Estados Unidos, para a formação de seu quadro docente. Os professores da UREMG iam aos EUA para aperfeiçoamento assim como os docentes da universidade estadunidense vinham ao Brasil para ajudar na formação de quadros e elaboração de projetos científicos.

Dessa forma, o primeiro mestrado no modelo americano do “Master of Science” surgiu em 1961. O curso, à época chamado de mestrado em Hortaliças, hoje está renomeado como Fitotecnia (Produção Vegetal) estando em pleno funcionamento e recomendado pela Capes. A primeira dissertação de mestrado (porém com o nome de “tese”) defendida no Brasil teve lugar na UFV ainda no mesmo ano, no dia 19 de dezembro com o título “Efeitos da irrigação e aplicação de cálcio sobre a incidência de podridão do fruto do tomateiro”.

Há de se perceber, assim, que os primeiros cursos de mestrado não necessariamente seguiam a estrutura que agora vigora em relação à sua organização curricular, tempo de conclusão, entre outros. Eram iniciativas isoladas que tinham por objetivo fortalecer a pesquisa brasileira, sedimentando o crescimento de universidades que ainda estavam engatinhando nesse sentido.

Dentro desse contexto, Motta (2014) assinala que essa foi uma das iniciativas pioneiras no país, junto com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a COPPE/UFRJ, núcleo onde se faz pesquisa em engenharia formado em 1963. O primeiro mestrado foi o de Engenharia Química, iniciado no mesmo ano e mais antigo da área no país.

Outra iniciativa pioneira no país foi a criação do mestrado e doutorado em matemática em 1962 no IMPA, Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, que é uma instituição de pesquisa de excelência em matemática, sendo considerada um dos grandes centros mundiais de pesquisa na área. O IMPA, porém, começou a conferir os títulos de mestre e doutor apenas em 1970, sendo que antes quem os fazia era a UFRJ.

Todas essas iniciativas eram ações sem ter necessariamente uma conexão direta com o governo, normalmente parcerias com institutos estrangeiros como a United States Agency for International Development (USAID, Fundação Ford, entre outros, muito embora a Capes estivesse dando seus primeiros passos, assim como o CNPq no fomento à ciência.

A pós-graduação brasileira durante o período civil-militar: investimento em pesquisa x repressão política.

Em 1964 há uma mudança radical nesse cenário. O golpe civil-militar⁴ transforma subitamente os setores estatais e privados, entre eles, é claro, a educação. O golpe foi sendo germinado aos poucos para evitar um suposto golpe da esquerda em curso, fato que nunca ocorreu.

Em relação a este trabalho cabe destacar a categorização de Motta (2014) acerca da ditadura e as universidades. O autor assinala que o regime estabeleceu uma espécie de “modernização autoritária”, onde fez investimentos em pesquisa ao mesmo tempo em que reprimia politicamente os opositores do regime, mesmo nas IES daquele período. O AI-5, levanta o autor, tinha por prioridade perseguir estudantes subversivos, mas também foi bastante duro com lideranças intelectuais brasileiras, algumas das quais constituíram carreira sólida no exterior e depois retornaram do exílio. Dessa forma, a pós-graduação passou a ser um dos eixos de debate dentro do MEC, era uma demanda que, como vimos, fez parte dos embates na nascente Capes na década anterior.

⁴ Há hoje o consenso de que o golpe pode ser chamado de civil-militar, uma vez que houve intenso apoio de setores da sociedade civil como empresários, políticos, profissionais liberais, entre outros, à queda do governo Jango por militares para evitar a imposição de uma ditadura comunista do país em tempos de guerra fria.

Logo após o golpe de 1964 veio aquilo que seria o marco da institucionalização da pós-graduação brasileira. O parecer 977/65, que ficou conhecido como “Parecer Sucupira”, uma vez que Newton Sucupira⁵ fora seu idealizador e relator, trazia informações sobre o modelo de pós-graduação que o país deveria adotar. O documento baseia-se fortemente no sistema norte-americano de pós-graduação, os chamados colleges, onde o estudante que já obteve o grau de bacharel quer continuar seus estudos.

A pós-graduação seria, portanto, o lugar de qualificação profissional para aqueles que desejavam obter os graus de mestre e doutor, possibilitando o desenvolvimento de uma cultura científica e de pesquisa para o país. Cury (2005) salienta a ideia de que esse incentivo aos estudos superiores estava na ordem do dia também pelo fato do Brasil ser um país que nunca havia incentivado efetivamente a pesquisa na forma de política pública, ou seja, como um objetivo do estado frente às necessidades da população.

A partir de 1964 a Capes também iniciou o fomento aos estudantes de pós-graduação através da concessão de bolsas de estudos para aqueles que desejavam se aperfeiçoar nesse nível de ensino. O decreto 54.356/64, assinado pelo presidente Castelo Branco, permitia a concessão de bolsas a brasileiros no país e no exterior bem como a estrangeiros que desejassem realizar estudos de pós-graduação em solo nacional.

Pode-se afirmar, dessa maneira, que o sucesso da política científica nacional se deve em grande parte aos esforços tanto do estado, com exceção do governo Collor, quanto da comunidade acadêmica. Assim, entre os anos de 1961 e 1974 ocorre o que pode ser chamada de primeira grande expansão da pós-graduação brasileira. Essa primeira expansão marca o nascimento e o início da consolidação da pós-graduação como política de estado. A tabela 1 mostra a expansão do total de programas com cursos de mestrado e doutorado existentes no país entre 1961 e 1974, contando-se também os programas apenas com cursos de mestrado o número seria de aproximadamente 600 em 1974 (MOTTA, 2014).

Ano de Criação	Total de cursos novos	Total acumulado
1961	06	06
1962	03	09

⁵ Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em 1920. Era alagoano de Porto Calvo, cidade que está a aproximadamente 60 km de Maceió, capital do estado. Era advogado de formação e foi docente na Universidade Federal de Pernambuco e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 2007, aos 87 anos.

1963	07	16
1964	07	23
1965	11	34
1966	07	41
1967	12	53
1968	21	74
1969	26	100
1970	62	162
1971	64	226
1972	71	297
1973	61	358
1974	45	403

Tabela 1: expansão dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil entre 1961 e 1974. Fonte: MOTTA, 2014.

A tabela evidencia que os anos da ditadura foram fundamentais para a política científica brasileira bem como a expansão da infraestrutura de pesquisa presente no país. Também deixa claro que os estudos de pós-graduação eram uma prioridade para a área educacional.

Apesar da institucionalização com o parecer 977/65, apenas com a reforma universitária de 1968 é que houve efetiva regulamentação do ensino de pós-graduação no Brasil. Em seu artigo 17 (BRASIL, 1968), a reforma deixa claro que poderão ser ministrados cursos de pós-graduação para aqueles que possuem diploma de graduação e preenchem as condições caso a caso.

Poucos anos depois, em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-graduação. A ideia era que a formação fosse feita em “polos”, como Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, em instituições como USP, UFRJ, UFPE, UFMG e UFRGS.

A ideia dos polos era: formar docentes mais bem qualificados; potencializar a pesquisa científica no Brasil e preparar mão de obra qualificada para o sistema produtivo. Os objetivos encaixam-se perfeitamente na ideia de que o sistema universitário é planejado com objetivo

de fornecer capital humano para alimentar o sistema capitalista, visando assim uma manutenção do sistema econômico vigente e as estruturas de sustentação desse modelo. A tentativa foi, no entanto, fracassada. Logo o governo esqueceu-se do sistema regional e passou a fomentar a ideia de que todas as universidades que pudessem

Em 1975, no entanto, o governo Geisel percebeu que precisava de um plano específico para a pós-graduação. Havia uma concorrência enorme entre a Capes e o próprio MEC e os funcionários da área econômica do governo, que não apenas controlavam a gestão de recursos, mas também boa parte da criação e formulação de políticas educacionais da época.

A Capes, porém, conseguiu o protagonismo que desejava e foi a grande personagem principal da formulação do I Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG). Este plano teve vigência entre 1975 e 1979, combinado com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e com o II PBDCT, Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Como visto anteriormente, o número de cursos de pós-graduação havia aumentado sobremaneira nos 10 anos anteriores à constituição do plano. De 23 em 1964 havia agora mais de 400 cursos em 1975, boa parte deles na região sudeste, o que permanece até hoje.

As principais ideias do plano eram:

Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe um financiamento estável; elevar os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos, aumentando o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, assegurando a melhor qualidade possível dos cursos; planejar sua expansão em direção a uma estrutura mais equilibrada entre as áreas de trabalho educacional e científico e entre as regiões do País, minimizando a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, aumentando a eficácia dos investimentos, e ampliando o patrimônio cultural e científico. (BRASIL, 1975, p. 12).

Mostra-se, portanto, que havia ainda uma latência em relação à pós-graduação. Dessa forma, o PNPG vinha para estabelecer definitivamente os cursos de mestrado e doutorado não apenas como prioridade de um governo, mas uma política de estado permanente.

No período de vigência do I PNPG foi criada a tão conhecida avaliação de cursos de pós-graduação da Capes. Criado em 1977, foram instituídas as comissões de assessores por área, e foi estabelecido o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), sistema que vigora até os dias atuais (BARATA, 2016).

A avaliação era feita a partir de conceitos, que variavam entre a letra A e a letra E. Esses conceitos definiam a qualidade do curso através de preceitos qualitativos e quantitativos.

Assim, pode-se dizer que a avaliação feita pela Capes remonta aos anos 1970. Durante a gestão Darcy Closs (1974-79) frente ao órgão, ainda na Ditadura Militar, havia uma preocupação com a expansão da pós-graduação brasileira. Como vimos anteriormente, essa foi a primeira grande expansão deste nível de ensino de forma nacional.

A ideia era de que havia a necessidade de um controle e rigor sobre a qualidade do ensino de pós-graduação no país a partir do enorme aumento de cursos que haviam sido criados no país nos últimos 17 anos, entre 1961 e 1978

Dessa forma a primeira avaliação foi feita no ano de 1978 (MOREIRA; FERREIRA, 2001) ainda na gestão Closs. Porém, foi na gestão Cláudio de Moura Castro, entre 1979 e 1982 que ela foi rediscutida para começar a se tornar algo cotidiano na vida dos pesquisadores brasileiros.

Moura Castro, de perfil conservador e estando ligado ainda ao regime militar, priorizou um sistema que pudesse ser conhecido pelas informações sobre custo/eficiência a partir da montagem de um sistema que pudesse avaliar e monitorar informações advindas de todos os programas brasileiros, como ainda é feito até os dias de hoje.

Dessa maneira a CAPES avaliava cada programa de pós-graduação com uma letra, que tinha o nome de “conceito”, a saber: A (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E (insuficiente) (FERREIRA; MOREIRA, 2001). A avaliação, ao contrário dos dias atuais, não era de domínio público, sendo informada apenas às instituições promotoras de cada curso. Também foram estabelecidos parâmetros que serviriam para moldar a avaliação de forma a tornar o emprego dos conceitos mais preciso.

Esse perfil de avaliação, ainda constante nos dias atuais, embora com um modelo diferente, revela que desde o início este modelo visava a quantificação dos índices para estabelecer quem estaria à frente em relação às notas e prestígio no cenário nacional.

Nota-se, ainda, que apesar das mudanças ocorridas, o nosso modelo atual emprega estratégias parecidas o que claramente cria uma representatividade de centro e periferia em relação à pós-graduação nacional.

Com a extinção do Conselho Nacional de Pós-graduação em fins de 1981, a Capes passou, aí sim, a desempenhar papel totalmente central em todos os âmbitos: fomento, acompanhamento, coordenação, avaliação e proposição de políticas para o setor científico

nacional. Essa mudança a colocava como central na política de ciência e tecnologia do Brasil no início dos anos 1980. O Ministério da ciência e tecnologia só seria criado no governo Sarney, anos depois e após o fim da Ditadura Militar.

A mudança efetiva na avaliação da CAPES e que a colocaria nos moldes como conhecemos hoje veio apenas em 1990 durante a gestão Eunice Durham frente ao órgão do MEC, no governo Collor. Os conceitos, antes formados por letras, agora eram por números, de 1 a 5.

No início da década de 1980 é lançado o II PNPG. Este institucionalizou a avaliação da pós-graduação, dando um ar mais oficial a esta. Os principais objetivos ainda eram a formação para a docência e provimento de quadros para as universidades públicas, principalmente. Este plano teve vigência de 1982 a 1985.

Em 1985 o regime militar finalmente cai após 21 anos. Durante esse período houve não apenas a institucionalização da pós-graduação bem como a criação de planos e instrumentos para o desenvolvimento da pesquisa no país. Os objetivos, porém, eram alimentar o capital financeiro com mão de obra qualificada para atuação em setores produtivos diversos.

Logo em seguida, em 1986, é lançado o III PNPG. Sendo o primeiro a ser lançado após a ditadura militar, este carrega um peso significativo na construção enquanto política pública.

Mais uma vez a pós-graduação brasileira crescia a olhos vistos. O ritmo de expansão continuava forte e agora havia a avaliação da Capes. Diferentemente do modelo atual⁶, a mensuração de qualidade se dava por letras e não números.

Nesse sentido o modelo de pós-graduação preferido pelo estado mudava. Se entre 75-85 a ideia era a formação de docentes, a partir daí o plano já ia mudando:

Consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo. (BRASIL, 1986, p. 195).

Abaixo mostramos quadro evolutivo da pós-graduação no país entre 1975 e 1985. Este quadro está junto ao III PNPG.

⁶ A descrição detalhada de como funciona a avaliação será feita no subcapítulo seguinte a este.

Aspectos comparativos do sistema de pós-graduação - 1975/1985		
Aspectos comparativos	1975	1985
Total de programas de mestrado, cadastrados	370	787
Total de programas de doutorado, cadastrados	89	325
Total de professores envolvidos com atividades de pós-graduação	7.500	20.900
Total de docentes com doutorado ou livre-docência que atuam na pós-graduação	4.000	10.000
Formação de mestres	4.000 (acumulado)	4.000 (por ano)
Formação de doutores	600 (acumulado)	600 (por ano)
Tempo médio de titulação para mestrado	S/I*	5 anos
Tempo médio de titulação para doutorado	S/I *	5,5 anos
Percentual de alunos matriculados que atingem a titulação (por ano)	15%	15%
Índice de evasão de alunos do total de alunos matriculados (por ano)	50%	45%
Cursos de mestrado com bom desempenho	51%	62%
Cursos de doutorado com bom desempenho	46%	60%

Fonte: III PNPG, 1986, p. 197.

Nota-se, portanto, uma tendência de crescimento desde o início da década de 60 até então. Em realidade essa tendência nunca diminuiu. Isso se deve ao fato do Brasil ter uma geografia muito extensa. Mesmo assim uma diferença se mantém: o Sudeste ainda nos dias de hoje possui 45% dos PPG.

Além disso, percebe-se uma meta de formação quantitativa de mestres e doutores. Ou seja, não bastava aumentar o quadro, havia um número certo a ser alcançado e, se possível, superado. Essa é uma das razões pelas quais ainda hoje o abandono de mestrado e doutorado é um problema para os programas perante a Capes.

E também é interessante observar que a avaliação começa a ser um fator presente quando da formulação das políticas do setor. “bom desempenho” é a palavra para definir cursos que atingiram notas suficientes.

Em 1989, Fernando Collor é eleito presidente. O mesmo tentou acabar com a Capes e conseguiu no dia 15 de março de 1990, através da medida provisória n. 150. A pressão, no entanto, foi muito forte para que o órgão retornasse. Essa extinção é vista pela própria Capes apenas como um pequeno interstício, uma vez que durou apenas 29 dias, tendo a Capes retornado no dia 12 de abril. A partir de então ela se torna fundação, o que significa que poderia gerir seus próprios recursos. Nesse período era presidida por uma socióloga, a professora da USP Eunice Durham.

Na gestão Durham a avaliação da Capes passou por mudanças e também houve a inclusão do programa Norte de pós-graduação, que visava corrigir a distorção nessa região do Brasil. A crítica, porém, é que ainda em 2018 a região tem pouquíssimos programas e a maioria concentrados em cidades maiores, como Belém ou Manaus. A razão para isso parece óbvia: a região não é atrativa para doutores mais experientes e é considerada periférica em termos econômicos, por exemplo.

Considerações finais

Através das discussões colocadas neste trabalho, fica evidente que a pós-graduação brasileira tem, desde os anos 1960, uma história de crescimento e luta. Os primeiros cursos vieram nas áreas consideradas mais prioritárias à expansão do capitalismo no país sendo que logo em seguida iniciaram-se os cursos de humanidades.

Nesse sentido, a Capes toma para si o protagonismo no fomento, avaliação e incentivo ao crescimento da pesquisa no Brasil desde os anos 1950, seguindo o ideal de Anísio Teixeira, educador que foi grande incentivador da escola pública e da educação de qualidade no Brasil.

Dessa forma, é possível aferir que a construção da pós-graduação enquanto nível educacional consolidado está diretamente ligado à atuação da Capes num contexto geral brasileiro. Esse processo fica ainda mais evidente durante os anos 1970, quando da criação da avaliação que permeia o funcionamento dos cursos de mestrado e doutorado até tempos atuais.

No entanto, nem tudo são coisas boas. A evidente diferenciação regional ainda persiste nos dias de hoje, quando o Brasil tem aproximadamente 4700 programas de pós-graduação sendo que pouco mais de 3 mil estão concentrados nas regiões sudeste e sul, em apenas 07 estados. Os outros 19 e mais o distrito federal tem pouco mais da metade disso.

É preciso, dessa maneira, um esforço para não apenas a melhor distribuição geográfica da pós-graduação, mas também um esforço para sua interiorização. Como demonstrado através do estudo de nossas fontes documentais e bibliográficas, a história da Capes revela que esta pode e deve ter papel central nesse processo.

Bibliografia

BARRADAS BARATA, Rita de Cássia. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-graduação**. v. 13, n. 20, dez 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto 29.741, de 11 de julho de 1951 – Institui uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Rio de Janeiro: 1951.

_____. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Brasília: 1968.

_____. **I Plano Nacional de Pós-graduação**. Brasília: 1975.

_____. **II Plano Nacional de Pós-graduação**. Brasília: 1979.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Quadragesimo ano do parecer nº 977/65**. Revista Brasileira de Educação, nº 30, 2005.

DIAS, Rafael de Brito. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **Capes, 50 anos. Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001600.pdf>. Brasília: CAPES, 2001.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961)**. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, v. 9, n. 17, p. 373-397, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160. Jan/jun 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Recebido em 11 de setembro de 2020

Aprovado em 18 de dezembro de 2020